



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**FERNANDA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA**

**O DITO E O FEITO: UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO PARA SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTA MARIA**

Brasília  
2019

**FERNANDA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA**

**O DITO E O FEITO: UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO PARA SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTA MARIA**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Edeilce Aparecida Santos Buzar

Brasília  
2019

**FERNANDA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA**

**O DITO E O FEITO: UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO PARA SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTA MARIA**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da  
Universidade de Brasília como requisito parcial para a  
obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Edeilce Aparecida Santos Buzar

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Edeilce Aparecida Santos Buzar (Orientadora – UnB)

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Amaralina Miranda de Souza (Examinadora – FE/UnB)

---

Prof<sup>a</sup>.Esp. Márcia Francisca Diogo Rodrigues (Examinador –FE/UnB)

Brasília, 09 de setembro de 2019

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente a Deus, por toda a força e persistência que me guiaram até o final da minha graduação.

A minha mãe Ana Rosa e o meu pai José João que sempre acreditaram em mim e me ajudaram em todos os momentos da minha vida, me apoiando e me incentivando a conquistar meus objetivos por meio dos estudos.

Ao meu irmão Rafael Oliveira proporcionado um ambiente que me tornava possível estudar, auxiliou-me sempre nos momentos difíceis na finalização do curso.

Ao meu namorado Patrick Moraes que me apoiou de forma atenciosa e paciente nos momentos de crise e dificuldade durante a graduação.

A minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Edeilce Aparecida Santos Buzar, que sempre acreditou no meu potencial, me incentivando cada vez mais a pesquisar sobre a Educação de Surdos, compartilhando comigo sua experiência e conhecimento, com muitas conversas e orientações importantes que contribuíram profundamente na produção do meu trabalho, sou extremamente grata a todos esses momentos, por todos os valores passados que jamais serão esquecidos.

Aos meus amigos da vida que compreenderam minha ausência, e os meus amigos que fiz na graduação que me ensinaram muito, em especial à Janaína Almeida que me incentivou a pesquisar sobre a Educação de Surdos.

*... "Sem a Educação das Sensibilidades,  
todas as Habilidades são tolas e sem sentido" ...  
(Rubem Alves)*

## RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar como é feito o Atendimento Educacional Especializado de alunos surdos em Santa Maria. Tendo em vista verificar se a forma como está sendo aplicado o Atendimento Educacional Especializado está de acordo com o texto norteador do Ministério da Educação, a esse respeito, assim como observar se os professores destinados ao AEE são fluentes em Língua Brasileira de Sinais e se sua prática pedagógica está de acordo com a metodologia visual adequadas para alunos surdos. A pesquisa foi realizada a partir da metodologia quanti-quali, em que foram realizadas observações das Salas de Recursos com atendimento ao aluno surdo, aplicação de questionários com os professores responsáveis pelo atendimentos. Para fundamentar esta pesquisa utilizamos teorias sobre identidades e cultura e a relação delas com a educação de surdos, assim como o referencial de políticas educacionais para surdos, como o manual do MEC referente ao AEE para alunos surdos. O foco deste estudo foi analisar a realidade entre o que é dito pelos teóricos e as políticas e a realidade encontradas nos AEE nas escolas. Ao fim desta pesquisa foi possível perceber disparidade entre a realidade encontrada e o que é sugerido pelos documentos, portanto, não é realizadas todas as ações sugeridas pelo MEC, devido a falta de profissionais, por não haver um diálogo mais consistente entre a Sala de Recursos e a classe regular, levando à falta de atividades planejadas em conjunto, como o não compartilhamento de recursos didáticos elaborados pelo AEE.

**PALAVRAS-CHAVE: Educação. Surdos . AEE.**

## **SUMMARY**

This research investigated about how SEC (Specialized Educational Care) works for deaf students in Santa Maria. In order to verify if the Specialized Educational Care has worked according to Education Department guidelines, as well as to investigate if SEC's teachers are fluent in Brazilian Sign Language and if their Pedagogical practice is in accordance with the appropriate visual methodology for deaf students. The research was conducted from the quanti-quali methodology, in addition to observations performed in the Resource Rooms with assistance to deaf students, questionnaires interviews with the teachers responsible for the assistance. To substantiate this research was used theories about identities and culture and their relationship with deaf education, as well as the reference of educational policies for deaf, such as the Education Department Manual about the SEC (Specialized Educational Care) for Deaf Students. The purpose of this study was to analyze the reality between what is said by theorists and the policies and reality found in SECs at schools. At the end of this research it was possible to perceive disparity between the reality found and what is suggested by the documents, therefore, most of the actions suggested by The Education Department are not performed due to the lack of professionals, because there is no more consistent dialogue between the Resource Rooms and the regular class, leading to a lack of jointly planned activities, such as non-sharing of teaching resources prepared by SEC.

**KEY WORDS: Education. Deaf. SEC**

## LISTA DE FIGURAS

Foto 01 - Quadro de horários de atendimento no AEE.....	45
Figura 01 - Modo de organização do planejamento.....	46
Foto 02 - Atividade de relacionar a imagem a palavra (material escolar).....	48
Foto 03 - Atividade de relacionar a imagem a palavra (animais).....	49
Foto 04 - Quebra a cabeça.....	49
Foto 05 - Porta livros.....	49
Foto 06 - Computador da Sala de Recursos.....	50
Figura 02 - Caderno de registro.....	51
Foto 07 - Atividade de português 1.....	56
Foto 08 - Atividade de português 2 .....	56

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Formação acadêmica e profissional .....	43
Quadro 02 - Tempo de atuação na área da surdez.....	44

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CRE - Coordenação Regional de Ensino

DA - Deficiente Auditivo

FE - Faculdade de Educação

Labes-Libras - Laboratório de Educação de Surdos e Libras

Libras- Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

PAS - Processo de Avaliação Seriada

SEEDF - Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal

SR - Sala de Recursos

UFSC -Universidade Federal de Santa Catarina

UnB - Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>MEMORIAL EDUCATIVO.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO SURDOS.....</b>	<b>20</b>
1.Cultura, comunidade e identidade.....	24
<b>2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O DITO.....</b>	<b>30</b>
1. Sala de Recursos .....	31
2. Atendimento Educacional Especializado .....	32
3. Atendimento Educacional Especializado para surdos.....	34
<b>3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....</b>	<b>38</b>
1.Contexto de pesquisa.....	39
2. Participantes.....	40
3. Problema de pesquisa.....	41
4. Instrumentos de construção de dados .....	41
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>43</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....	63

## **APRESENTAÇÃO**

O presente trabalho é composto por três partes: o memorial educativo, o estudo monográfico e por fim as minhas perspectivas profissionais.

Na primeira parte, traz a minha trajetória escolar evidenciando momentos e situações importantes vividas para que o meu ingresso na universidade acontecesse, e os motivos que direcionou a essa pesquisa.

A segunda parte, apresenta-se o estudo monográfico, composto por quatro capítulos. Sendo o primeiro capítulo, “Breve contextualização da Educação de Surdos” exposto elementos importantes ao pensar a educação para sujeitos surdos. Segundo capítulo traz o aporte teórico sobre os estudos do Atendimento Educacional Especializado direcionado ao atendimento do estudante surdo. Terceiro capítulo por sua vez, é apresentado o caminho metodológico percorrido para a realização desta pesquisa. No quarto capítulo abriga os “Resultados e Discussões”, no qual foram descritos os resultados e análises obtidos das observações, questionários e entrevistas semi-estruturadas, baseando-se nas análises que são apresentadas neste capítulo realizadas à luz do aporte teórico presente neste trabalho.

Na terceira parte deste estudo encontram-se as perspectivas profissionais após finalizar o de Curso de Pedagogia.

## **PARTE I**

## Memorial Educativo

Minha trajetória se inicia no dia 28 de março de 1997, no hospital regional do Gama. Desde o meu nascimento moro em uma cidade regional do Distrito Federal chamada Santa Maria, cidade responsável por todo o meu processo educativo até chegar à Universidade de Brasília. Filha de José João Cordeiro de Oliveira, vendedor de materiais de construção e Ana Rosa Pereira da Conceição, secretária do lar. Os dois são oriundos do interior da Bahia, de cidades muito próximas, ambos em busca de melhores condições socioeconômicas acabaram se aproximando no Distrito Federal e construindo uma família. Sou a filha do meio, o primogênito Bruno Conceição de Oliveira, faleceu devidos a problemas de saúde próximo ao meu aniversário de um ano de idade, o caçula Rafael Conceição de Oliveira é a luz da minha vida.

Meus pais são exemplos para mim de força e persistência, seu apoio foi fundamental em toda a minha jornada acadêmica até a chegada desta conclusão de curso, que considero não só uma conquista pessoal, mais sim de toda a minha família que me auxiliou em todo esse processo. Trago nesta conquista grande olhares de orgulho de toda uma família, sendo a primeira neta a conquistar um diploma numa universidade pública.

Comecei os meus estudos com três anos em uma creche particular na esquina da minha casa. Como era uma criança muito sozinha, minha mãe se esforçou para me colocar em um ambiente de ensino para que assim eu pudesse me socializar com outras crianças, pois desde o falecimento do meu irmão, eles não queriam ter mais filhos e eu não tinha crianças para brincar. Fiquei nesta escola por dois anos, neste momento minha mãe não se interessava se estava aprendendo “conteúdos”, a sua maior preocupação era a minha socialização e incentivar o meu lado lúdico, já que eu era uma criança muito parada dentro de casa.

Aos cinco anos fui transferida para escola pública, lá se iniciou a minha alfabetização. No início apresentei dificuldades para acompanhar a turma, sendo então sugerido pela professora um acompanhamento em casa, minha mãe como sempre atenciosa, me ajudava em casa para conseguir chegar ao ritmo da turma.

Na primeira série do ensino fundamental, uma luz verde apareceu em minha vida, a professora Ecy, profissional incrível, me auxiliou bastante nas dificuldades encontradas naquela faixa etária, com maestria me conduziu e me deu forças para conseguir ler e escrever. De todas as professoras que encontrei em toda a minha jornada acadêmica, esta foi a que mais marcou a minha vida. Portanto, mais a frente sendo uma grande influência para me tornar Pedagoga.

Ao decorrer da primeira fase do ensino fundamental tudo encaminhava perfeitamente até o último ano desta primeira fase, pois, comecei a me aterrorizar com as redações, apresentava grandes dificuldades de me expressar, pois desde muito nova, sempre me colocavam como alguém muito objetiva. Nesta fase apareceu outra “fada” em minha vida, a professora Maria Rita, ela me apresentou o mundo da leitura, mostrando a chave fundamental para uma boa escrita.

Na segunda fase do ensino fundamental me foi apresentado um novo mundo: Novas matérias, novas dinâmicas de aprendizagens, não apresentou muita dificuldade em encarar esse novo mundo, neste momento a maior dificuldade era me relacionar em uma escola com bastante violência e drogas. Saí de uma fase onde a ludicidade era incentivada, para um espaço em que se era obrigado a crescer rapidamente e buscar fazer escolhas certas e amizades que não prejudicasse o objetivo de se formar. Infelizmente, acredito ser a fase que mais enfraqueceu a minha vida acadêmica, pois os professores tinham receio em dar suas aulas, e tinham que baixar a qualidade para que todos acompanhassem.

Desde o meu ensino fundamental sempre quis entrar na Universidade de Brasília (UnB), contava então com ajuda de alguns professores neste processo com lista de exercícios, e leituras adequadas para a realização das provas, mesmo sendo desmotivadas pelos colegas de turma, em que não viam a universidade como uma realidade que poderia ser alcançada, mas eu não deixava ninguém me desmotivar do meu sonho.

No Ensino Médio encontrei outra realidade: A escola tinha acabado de mudar de gestão para um professor visionário, Ricardo Rocha, que tinha um sonho de ajudar vários alunos de escola pública, cidade de periferia a alcançar vagas na universidade. O seu lema era “ Vamos ocupar o que é nosso de direito”. Nesta escola encontrei professores que me ajudaram bastante tanto na vida acadêmica

como pessoal, eram discutidos em sala de aula não só os conteúdos apresentados nos livros, mas as intencionalidades em que eram apresentados, os direitos e deveres, ou seja, uma escola que buscava uma formação para a vida. Também éramos incentivados nesta escola a escolher um curso no qual teria a intencionalidade de mudar a realidade encontrada, principalmente para a nossa cidade, neste momento, eu não tive dúvidas queria a Pedagogia. Pois, como disse anteriormente, a professora que mais marcou a minha vida foi a professora Ecy, que me ajudou a me alfabetizar, a conseguir ler as coisas, a minha vida e a professora Cláudia que me ajudou através da leitura a ler o mundo. Eu queria então pra mim ser uma profissional transformadora que pudesse ajudar no crescimento, incentivar o sujeito desde pequeno a conquistar os seus sonhos, mesmo onde a realidade vá de encontro a este sonho.

Então me dediquei nesses três anos para alcançar esse objetivo. Realizei as três etapas do PAS – Programa de Avaliação Seriada, e consegui ser aprovada, por meio do sistema de cotas para alunos de escola pública. A realização do sonho de entrar na universidade pública foi motivo de comemoração para toda a família que compartilhou comigo dos mesmos sonhos nestes três anos que me dediquei a estudar em casa.

Ao ingressar na faculdade tudo era deslumbrante, desde os professores até a arquitetura, vivenciei coisas únicas neste espaço acadêmico, conheci professores ótimos que me ajudaram a crescer, buscar ter olhar mais crítico às realidades encontradas, isto é, estes profissionais tentavam ser a transformação em seus espaços de trabalho, até professores do qual discordo totalmente. Portanto, a universidade tem sido um espaço cheio de diversas opiniões que me ajudaram a formar a minha identidade profissional.

Em meio a todos caminhos de pesquisa me apaixonei pela Educação de Surdos, através da aula do professor Davi Pereira da Silva Junior, na disciplina de Escolarização de Surdos e Libras. No decorrer de suas aulas me questionava sobre as dificuldades que os alunos surdos encontravam na alfabetização, e como os professores recém-formados não tem uma formação adequada para trabalhar com os alunos surdos. Por meio destes questionamentos, uma colega de curso Janaína Almeida me direcionou para o Laboratório de Educação de Surdos e Libras

(Libras) para que assim eu conhecesse melhor a área, aprendesse mais com a professora Edeilce Aparecida Santos Buzar, coordenadora do laboratório e também professora da área de surdez, que me aflorou ainda mais a curiosidade e o interesse de cada vez mais estudar essa área que tanto me encanta.

Ao realizar o estágio docente obrigatório no curso de Pedagogia, escolhi escolas polos em surdez, para compreender como se encontra a realidade das escolas públicas de Santa Maria que atendem alunos com deficiência auditiva/surdez. No período do meu estágio acompanhei duas escolas, sendo elas de Ensino Fundamental- anos iniciais e de anos finais.

Ao finalizar o estágio o que mais me chamou atenção foi a disparidade entre as normatizações do Ministério da Educação referente ao Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdez e a realidade encontrada nas escolas públicas polos de surdez em Santa Maria.

Portanto, desejei realizar uma pesquisa que pudesse compreender os critérios que estão sendo o atendimento do AEE para surdos em Santa Maria, quais as dificuldades encontradas que não permitem que todas as normas sejam aplicadas. Levantando assim ao final da pesquisa , uma apuração de quais escolas de Santa Maria estão conseguindo aplicar esses critérios e analisar os empecilhos que dificultam a sua aplicação em todas as escolas.

## PARTE II

## INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação disponibiliza em seu portal textos norteadores para o Atendimento Educacional Especializado para as diferentes especificidades de aprendizagem, inclusive as que dizem respeito à educação de surdos, a fim de orientar ações necessárias dentro das Salas de Recursos para alavancar o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, respeitando a sua cultura, assim oferecendo indicações de metodologia visual adequadas e diferentes momentos metodológicos que partem da Libras como primeira língua e Língua Portuguesa, como segunda língua.

Ao realizar o estágio docente obrigatório no curso de Pedagogia, escolhi as escolas públicas que atendiam alunos surdos em escolas ditas inclusivas, para assim compreender melhor como a cidade de Santa Maria encontrava-se estruturada para atender a educação para surdos.

No final do estágio ao refletir sobre os diversos desafios que encontrei nessa trajetória, o que mais chamou atenção foi a disparidade entre as normas do Ministério da Educação para o Atendimento Educacional Especializado e a realidade encontrada nas escolas. Assim como tinha encontros no Labes-Libras para compreender a literatura sobre a educação de surdos e analisar a realidade encontradas dentro desses espaços.

O Labes -Libras tem como objetivo ações no campo da formação de profissionais e estudantes da educação, portanto, busca desenvolver um espaço para estudo, discussão e construção de conhecimento a respeito da especificidade linguística e conseqüentemente cognitiva dos sujeitos surdos, a fim de problematizar a escola que temos e a que precisamos para contribuir com o desenvolvimento e a aprendizagem destes estudantes.

De acordo com a legislação, a escola deve adequar-se às singularidades de todos os sujeitos, para assim oferecer uma educação de qualidade, ofertando espaços adequados que permitam o convívio com seus semelhantes, a construção de conhecimento entre outros fatores importantes no processo educacional. Entretanto, observando a realidade, constando-se que é de conhecimento geral que

a legislação não assegura que a prática docente seja realizada conforme as suas diretrizes.

Com isso, para compreender o nosso objeto de estudo, é importante expor o entendimento sobre educação para surdos, e a partir disso explicitamos como funciona o Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos. Após exposto a teoria, iremos para a prática realizada dentro das escolas públicas que desenvolvem o AEE para surdos em Santa Maria, observando a prática pedagógica em Salas de Recursos e entrevistando os profissionais desses espaços, para assim analisar o que é dito pelo MEC a respeito dessa temática e o que é feito dentro das salas de recursos das escolas observadas.

Em virtude desse interesse realizamos uma pesquisa que busca analisar como está sendo realizados os atendimentos Educacionais Especializados para alunos surdos nas escolas públicas de Santa Maria, quais critérios do Ministério da Educação estão sendo atendidos e quais são as dificuldades encontradas na oferta do AEE para alunos surdos nessas escolas.

## OBJETIVOS

Objetivo geral:

Analisar de que modo é feito o Atendimento Educacional Especializado dos alunos com surdez em Santa Maria.

Objetivos específicos:

- Verificar se a forma como está sendo aplicado o Atendimento Educacional Especializado está de acordo com o texto norteador do Ministério da Educação.
- Observar se os professores destinados ao Atendimento Educacional Especializado são fluentes em Língua Brasileira de Sinais e se sua prática pedagógica está de acordo com a metodologia visual adequadas para alunos surdos.

## 1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Estudar a surdez vai muito além de buscar entender seus aspectos condicionantes, ou seja, um aspecto físico que os diferencia dos demais, mas sim um complexo de questões como a história, a identidade, cultura e educação. Não deve-se pensar a surdez como um fator isolado, mas carece de uma análise de uma cultura existente menosprezada ao longo de todo o processo evolutivo.

A história surda é construída ao longo do tempo por muitos movimentos de oposição e resistência. Perante a tantas informações acerca da história humana, apenas na época do povo Hebreu, na Lei Hebraica, surgem algumas referências sobre pessoas surdas na sociedade. Isso se dá pela grande marginalização dos surdos, por exemplo na Grécia, na qual Aristóteles acreditava que o surdo não tinha pensamento, por não se comunicar oralmente, sendo então negados os seus direitos, muitas vezes condenados à morte.

Da perspectiva clínica, a surdez é definida como redução ou ausência da possibilidade de ouvir ondas sonoras. Portanto é classificada pela área médica por graus de desvios: leve, moderada, severa e profunda, devido a duas causas a perda auditiva condutiva e perda auditiva neurossensorial. Clinicamente definida em dois estágios da vida segundo Moores(1978), a primeira é a surdez pré lingual, quando a surdez se apresenta no nascimento ou ocorre antes do desenvolvimento da fala, e a segunda pós-lingual quando a surdez se apresenta após a aquisição espontânea da fala e da língua. A definição a respeito da deficiência auditiva/surdez apresenta diversas variáveis. De acordo com Sales et al. (2010) trata-se de:

[...] o indivíduo com incapacidade auditiva é aquele cuja percepção de sons não é funcional na vida comum. Aquele cuja percepção de sons ainda que comprometida, mas funcional com ou sem prótese auditiva, é chamado de pessoa com deficiência auditiva.

Entretanto encontramos outros autores que apresentam a pessoa surda a partir de outras definições, como Campos:

[...] aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social.(CAMPOS 2014, p. 48)

Como vimos há duas perspectivas de surdez, uma como deficiência auditiva que apresenta limitações e/ou impedimentos que há no ser humano do funcionamento total de seu corpo, outra que apresenta um sujeito a partir de uma diferença linguística que se expressa pela forma espaço-visual.

Segundo Buzar (2009) a aceitação da surdez passa pelos olhos, pois essas serão as fontes de comunicação destes sujeitos. Tornando o mais importante meio de comunicações entre os sujeitos surdos pelo mundo, pois é pelo olhar que eles irão desenvolver sua mediação semióticas. Sendo assim, a visualidade se torna a área fundamental de comunicação para a pessoa surda, pois por meio dela o surdo poderá realizar mediações com o outro.

De acordo com Buzar:

A singularidade visuo-espacial tem sido continuamente definida como uma capacidade específica que possibilita às pessoas surdas o desenvolvimento e a compreensão do mundo. Atráves dela percebem os sentimentos, valores e conhecimentos do contexto social.(2009,p. 45)

Desta forma Buzar(2009) and Skliar (1998) afirmam que todos as ferramentas de informação que o surdo se utiliza para compreender o mundo a sua volta se constroem pela experiência visual. Por isso a surdez deve ser vista por sua diferença linguística, sendo então uma diferença cultural.

Segundo Lopes (2007) a surdez nada mais é do que uma grande invenção, de um olhar cultural perante aquele que não ouve, baseando-se em diversos campos como o clínico, linguístico, religioso, educacional entre vários outros, construindo-se, assim, culturalmente a surdez. Durante vários anos a surdez ocupou o centro das atenções em pesquisas em diferentes áreas, em grande parte delas buscou-se a *ciborguização* do corpo, a condição de normalidade.

No entanto, segundo a autora, é preciso buscar o olhar a partir de outra dimensão, não pela deficiência, mas sim pela diferença cultural. Portanto, os surdos são considerados sujeitos culturais, que, por não nascerem em territorialmente próximos, necessitam ser aproximados uns dos outros. (Wrigley,1996).

Nesse sentido, ao analisar o campo da educação de surdos, um dos fatores fundamentais a se pensar são os processos linguísticos aos quais os sujeitos surdos foram submetidos ao longo da história. Brito (1993) afirma que no Brasil

existem pelo menos duas línguas de sinais, sendo uma desenvolvida em uma aldeia indígena na Floresta Amazônica e a outra a Língua de Sinais Brasileira que é usada nas demais regiões e nos centros urbanos, ambas demonstram não haver semelhanças entre si.

A língua de sinais é a maior expressão da cultura surda, mas antes que essa língua fosse legitimada na educação de surdos, foram introduzidas outras formas educacionais que muitas vezes não respeitavam a cultura Surda. Como o Oralismo, que segundo Góes (1996) se instalou no final do século XIX e ainda se encontra presente nos dias de hoje. Goldfeld o caracteriza:

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. GOLDFELD (2002, P. 34)

Nessa proposta educacional percebe-se a cultura a surdez como um defeito, que deve ser reparado para que o indivíduo se adequa para viver em sociedade, não reconhecendo a singularidade do sujeito, apenas era vista a imposição de uma classe majoritária, em uma educação que mantinha e exercitava sua capacidade de leitura orofacial, sendo proibida qualquer forma de comunicação visuo-espacial, pois essa trabalhava segundo os estudos da época, a educação oralizada.

No final do século XIX o oralismo não era a principal forma de educação, sendo redirecionada por mudanças no cenário educacional que voltava a sua educação para a Comunicação Total. Segundo Góes Esta abordagem educacional pode ser caracterizada como o “ uso de múltiplos meios de comunicação, buscando trazer para a sala de aula os sinais utilizados pelas comunidades de pessoas surdas ” (Góes, 1996,p.40). Segundo a autora, não era um distanciamento completo do Oralismo, apenas mais formas educacionais de se ensinar a Língua Portuguesa, não favorecendo a aprendizagem da língua de sinais, a educação continuava centralizada na língua majoritária.

Devido a insatisfação dos especialistas e dos resultados insatisfatórios dos estudantes na escolarização, a educação de surdos no século XX tomou um novo direcionamento educacional que é o que ainda está sendo buscado no contexto

atual, que é o bilinguismo. Segundo Buzar “há duas formas de se implementar o bilinguismo: ensino da segunda língua quase de forma concomitante com a aquisição da primeira língua ou ensino da segunda língua somente depois da aquisição da primeira.(2009,p.35)

Nesta abordagem, além das questões linguísticas, proporciona ao surdo vivenciar as duas culturas e reconhecer a sua singularidade. Conforme o pensamento de Quadros:” o bilinguismo, então, entre tantas possíveis definições, pode ser considerado: o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas(duas ou mais) em diferentes contextos. A comunicação em Libras se dá através de sinais manuais e não manuais, cuja configuração segue gramática específica: a posição e movimento da mão, o ponto de articulação do sinal isto é, no corpo ou espaço de sinalização e as expressões faciais ou corporais. Santarosa, (2000) afirma que “língua” designa um sistema específico de signos que é utilizado por uma comunidade para comunicação. Portanto, a Libras é uma língua natural surgida entre os surdos brasileiros com o propósito de atender às necessidades comunicativas de sua comunidade tes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais. “ (2005,p. 27).

As línguas de sinais constituem o que se denomina na Linguística, a língua natural das comunidades surdas. Estas línguas são de modalidade visuo-espacial, onde a informação é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos, uma língua viva e autônoma que é reconhecida pela Linguística. No Brasil o seu reconhecimento como primeira língua da comunidade surda ocorreu em 24 de abril de 2002 através da Lei nº 10.436 e por meio do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que a regulamenta. Na lei encontramos a seguinte definição:

[...] forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.(BRASIL, Lei nº 10.436, 2002).

A comunicação em Libras ocorre através de seus sinais, cuja a configuração (a posição e movimento da mão), o ponto de articulação do sinal, isto é, no corpo ou espaço de sinalização e as expressões faciais ou corporais. Quadros (2006, p. 26), afirma que,

A língua de sinais é uma língua espacial-visual e existem muitas formas criativas de explorá-la. Configurações de mão, movimentos, expressões faciais gramaticais, localizações, movimentos do corpo, espaço de sinalização e classificadores são alguns dos recursos discursivos que tal língua oferece para serem explorados durante o desenvolvimento da criança surda e que devem ser explorados para um processo de alfabetização com êxito.

Um recurso bastante utilizado nos processos educativos de crianças surdas é a datilografia, criada pelo professor francês Charles-Michel de l' Epée na metade do século XVIII com o objetivo de alfabetizar os surdos desenvolveu um sistema de sinais para alfabetizar crianças surdas que ainda é usada até hoje. O alfabeto manual é utilizado devido a necessidade de representar as letras de forma visual e era usado principalmente para ensinar pessoas surdas a ler e escrever. O uso do alfabeto manual é caracterizado como um empréstimo lingüístico, bastante usado para o ensino da língua oral escrita, favorecendo à criança surda a compreensão do processo lingüístico do mundo ouvinte.

## **1. Cultura, comunidade e identidade**

A palavra cultura tem inúmeros significados, mas em essência todos representam tudo que o homem produziu ao longo de sua história. Sendo assim, inclui produções desde os povos considerados primitivos até a recente era digital, e está em constante reformulação interferindo diretamente na forma como uma sociedade se organiza, pensa e age em seus contextos sociais.

Assim encontra-se em Laraia:

Tomando em seu amplo sentido etnográfico [cultura] é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (Laraia, 2006, p.25).

A cultura então pode ser vista como uma bandeira de luta, como explicado por Lopes: O conceito cultura, portanto, pode ser entendido como uma ação, como uma possibilidade de intervenção sobre algo; assim a cultura coloca-se na própria ordem do mundo material. (Lopes, 2007, p.19)

Sendo assim, o autor afirma que a cultura deve ser entendida como um cultivo, ou seja, que é capaz cultivar espaços e relações de um determinado objetivo, baseadas em determinadas regras de convívio.

Segundo Sá (2006), as culturas são maleáveis e se moldam em função de um grupo social que está inserido nela. Os surdos como um grupo que se apresenta minoritário, buscam com que a sua cultura não seja extinta, mas sim tenha representação social legitimada. A cultura surda, assim como as demais culturas, recria-se a todos os momentos, pois vive em uma sociedade que está em constantes mudanças sociais e tecnológicas, mas ainda continua sendo desconhecida e ignorada por boa parte da cultura ouvinte. De acordo com Wrigley: “uma espécie exótica cuja identidade é destinada a decair e a desaparecer” (1996, p. 94).

Com relação à cultura surda, Strobel (2008, p. 22) explica que:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo.

Assim sendo a cultura surda é forma de representação do grupo de surdos que luta e busca respeito e espaço autêntico em uma sociedade, que reconheça a sua diferença, como citado por Woodward (2014) “ os povos surdos estão cada vez mais motivados pela valorização de suas “diferenças” e assim respeitam com mais orgulho a riqueza de suas condições culturais e temos orgulho de sermos simplesmente autênticos surdos”.

Assim como dentro de qualquer cultura imposta hoje em sociedade, as culturas são vividas por meios das comunidades. Comunidade é vista comumente como um agrupamento de pessoas que vivem dentro de uma mesma área geográfica rural ou urbana, unidas pelos por interesses e condições de vida similares.

Portando, comunidade surda seria segundo Sawaia (1996,p.51) “ comunidade apresenta-se como dimensão temporal/espacial da cidadania, na era da globalização, portanto, espaços relacionais de objetivação da sociedade

democrática (plural e igualitária)”. Sendo assim uma comunidade encontra-se unida pela sua singularidade, que tem apoio afetivo, sentimento de pertencimento e reconhecimento.

Como a autora Sawaia esclarece:

No entanto, para que o espaço adquira o sentimento de “meu”, é preciso mais que familiaridade. O que produz o calor do lugar é segurança e uma forte dose de sentimento de sentir-se gente entre pares. Uma vez definido, ele se torna o ponto de referência dos nossos direitos e reivindicações enquanto cidadãos, o lugar onde a noção abstrata de igualdade de direito é referendada por experiências partilhadas de sobrevivência. O “meu lugar” é o particular onde se objetivam as leis, as estruturas e as relações sociais, na singularidade das necessidades, carecimentos e sentimentos do eu. (SAWAIA, 1995, p. 23)

Neste sentido, Buzar (2010) afirma que a ‘comunidade surda se organiza em torno da língua de sinais, o que lhe dá o sentimento de identificação grupal, uma identificação a partir das relações sociais, em um paradigma da diferença e não da deficiência.(2010,p.45).

Assim como a comunidade ouvinte, a comunidade surda não se apresenta como uma comunidade única. Dentro do espaço surdo existem grupos de surdos que se relacionam com surdos e ouvintes de formas diferentes. Dentro desses espaços encontra-se grupos de posicionamentos políticos diversos, religiosos e étnicos entre outros fatores sociais.

Segundo Sá, dentro das comunidades surdas também ocorrem fenômenos sociais como em qualquer comunidade existente em sociedade. “ Não é saudável alegar uma identidade, cultura ou perspectiva surda (ou Surda) unificadora, pois os surdos também se enquadram nas categorias de raça, gênero, classe, nacionalidade, condição física e em outras fontes de “diferença” (p.8).

Sendo assim, ao pensar uma comunidade surda deve-se lembrar como qualquer corpo social que apresentam diversas variedades, classes, ideologias, portanto não é um grupo totalmente uniforme, assim como afirmado por Skliar:

Seria um equívoco conceber os surdos como um grupo homogêneo, uniforme dentro do qual sempre se estabelece sólidos processos de identificação. Também fazem parte dessa configuração que denominamos “surdos”, os surdos das classes populares, os surdos que não sabem que são surdos, as mulheres surdas, os surdos negros, os surdos meninos de rua, entre outros, e ainda, os receios, as assimetrias de poder entre os

surdos, os privilégios, a falta de compromisso com as reivindicações sociais. (,2005,p.14)

A identidade é que o torna o indivíduo em sociedade único, segundo Bauman (2003) significa ser diferente e, portanto, ser singular. A identidade surda se é construída por meio do olhar da diferença, assim, não pode ser vista apenas um grupo de pessoas totalmente iguais, mas sim um grupo de multicultural. Desta forma Skiliar(2005), assim como Perlin (1998) analisam que a surdez tem de ser pensada como uma experiência visual, que contém identidades múltiplas e multifacetadas.

O surdo é marcado pela diferença no mundo ouvinte, essa diferença compõe a principal marca de uma identidade própria. Essa construção só se torna possível quando o sujeito entra em contato com os demais membros. Portanto, há uma necessidade de encontro das pessoas surdas com as demais para uma construção identitária, pois “surdos são surdos em relação à experiência visual e longe da experiência auditiva”. (PERLIN, 1998, p. 54). Essa troca é necessária para o seu reconhecimento e pertencimento de um mundo.

Dessa forma, Perlin afirma:

[...] a identidade surda sempre está em proximidade, em situação de necessidade com o outro igual, então, o encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda, é como um abrir do baú que guarda os adornos que faltam ao personagem. (PERLIN, 1998, p. 54).

Os estudos de Perlin (1998) afirmam que “ a identidade de surda precisa, no entanto, ser procurada na diferença, para além de um conceito redutor, o da subordinação. Precisa, por exemplo, ser procurada numa concepção de diferença e de resistência (PERLIN, 1998,p.7). Vivendo em uma sociedade majoritariamente ouvinte, a identidade surda não é reconhecida sendo muitas vezes negligenciada por ideias ouvintistas, a identidade surda não é reconhecida sendo como uma introduzida a se encaixar em uma sociedade ouvinte no qual os surdos são obrigados a desenvolver a oralidade.

Portanto, Skliar criou um neologismo denominado ouvintismo, para se referir a: Trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é neste olhar-se, e

nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais. (2005,p.15)

Em virtude de tudo o que foi mencionado anteriormente, ao se pensar em um processo educativo de uma criança, deve-se levar em conta todos os elementos que a rodeiam, como a sua língua, a cultura e o contexto social no qual ela está inserida. A equipe pedagógica ao elaborar as aulas deve então pensar em todos esses aspectos para propiciar um processo de aprendizagem adequado, no qual respeite essa diferença.

Como citado por Vygotsky (1989) em seus estudos, os surdos se desenvolvem como qualquer outro sujeito, porém por outros meios, e é preciso respeitar essa diferença, alertando o professor para essa peculiaridade e para as condições necessárias e mais específicas do ser surdo.

Se uma criança cega ou surda alcança o mesmo desenvolvimento de uma criança normal, então as crianças com deficiência alcançam esse desenvolvimento de um modo diferente, por outra via, com outros meios e para o pedagogo é muito importante conhecer essa peculiaridade da via pela qual ele deve conduzir a criança. A lei da transformação e da compensação proporciona a chave para se chegar a essa peculiaridade. (VYGOTSKY, 1989, p. 07)

Muito importante se preparar um espaço que tenha reconhecimento e valorização da cultura surda para que então essa criança sinta-se respeitada e pertencente àquele espaço. Portanto, mesmo estando em uma escola majoritariamente ouvinte, deve-se pensar estratégias pedagógicas para que a cultura surda não seja sufocada, a partir do reconhecimento de tal cultura, assim como a garantia da língua de sinais como primeira língua, pois é a marca identitária da pessoa surda.

Em suma, considerando-se dentro dos espaços educacionais a visuo-espacialidade do aluno surdo, ou seja, o reconhecimento político da surdez como diferença como citado por Skliar (1999), no qual afirma que a educação bilíngue deve compreender a dimensão histórica, cultural e social, no qual o surdo possa se reconhecer na história. Portanto, deve-se modificar as relações culturais, sociais e institucionais para que o aluno se sinta pertencente ao ambiente, buscar momentos de trocas com os pares para que o seu senso de identidade seja

fortalecido dentro de sala aula, isto é as diferenças culturais devem ser pautadas a partir do olhar sobre as diferenças.

Nesse sentido, é que se compreende que o atendimento educacional para alunos surdos deve ser um espaço de preservação da cultura surda, onde a educação deve estar centralizada no aluno e na sua singularidade. Um currículo voltado para o surdo, com atividades que respeitem a importância da visualidade, espaço que seja consagrada a identidade surda e a comunicação visuo-espacial. Sendo assim, no próximo capítulo serão discutidos aspectos fundamentais sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para pessoas surdas, conforme apregoa o Ministério da Educação (MEC).

## 2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O DITO

Partindo do pressuposto que o AEE se caracteriza como a possibilidade de um melhor atendimento dos sujeitos surdos dentro da educação inclusiva, no qual prioriza o complemento e suplemento deste processo como apoio pedagógico oficializado pela sala de recurso, demandando um novo campo de atuação. Para compreender melhor o AEE vamos primeiros buscar as primeiras legislações que respalde essa política inclusão.

A Constituição de 1988 introduziu vários dispositivos referente a pessoa com deficiência em todos os âmbitos sociais. Na área da educação designou o direito à educação de todos os brasileiros, incluindo assim pessoas com deficiências junto à rede regular de ensino. Em 1989 é assinada a lei nº 7.853 pelo presidente da República que estabeleceu a obrigatoriedade da oferta da educação especial em escolas pública, portanto sendo proibido recusar a matrícula destes alunos devidos às deficiências.

Seguindo então para presente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59 que assegura aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, sendo apoiada pela adesão do governo brasileiro à Declaração de Salamanca (1994).

Nesse processo a digressão histórica e legal, destacamos que a lei de nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, assim como o Decreto nº 5.626/05, que dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor de Libras, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular, aspectos que foram fundamentais para o avanço e a garantia de uma educação que reconhece a diferença de ensino do aluno surdo dentro do espaço escolar.

Em resposta a uma busca de uma educação especial adequada surge uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que busca garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação nas escolas regulares, direcionando o sistema a apresentar respostas às necessidades educacionais que garantam a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até o ensino superior, o atendimento educacional especializado, a continuidade da educação em níveis mais elevados, a formação de profissionais adequados para o atendimento educacional especializado para favorecer uma educação inclusiva, uma participação ativa da família e comunidade, acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação e uma articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

## **1. SALA DE RECURSOS**

Segundo Silva (2013) os primeiros registros sobre a Sala de Recursos ocorrem em meados dos anos 70, por meio de uma releitura da literatura americana em busca de soluções sobre os processos de segregação em direção a uma educação que dê direitos a escola para todos.

De acordo com a Mazzotta (1982):

a sala de recursos, como o ensino itinerante, é uma modalidade classificada como auxílio especial. Como o próprio nome diz, consiste em uma sala da escola, provida com materiais e equipamentos especiais, na qual um professor especializado, sediado na escola, auxilia os alunos excepcionais naqueles aspectos específicos em que precisam de ajuda para se manter na classe comum. O professor da sala de recursos tem uma dupla função: prestar atendimento direto ao aluno e indireto através de orientação e assistência aos professores da classe comum, às famílias dos alunos e aos demais profissionais que atuam na escola. Mediante esta modalidade de atendimento educacional, o aluno é matriculado na classe comum correspondente ao seu nível de escolaridade. Assim sendo, o professor especializado deve desenvolver o seu trabalho de forma cooperativa com os professores de classe comum. ( p. 48).

Conforme Tezzari (2002) a SIRs (Salas de Integração e Recursos) apresenta-se como uma forma necessariamente complementar e propõem uma articulação entre a ação direta do atendimento ao aluno com um objetivo de acompanhamento e assessoria ao docente do ensino comum.

Portanto, neste contexto, a Sala de Recursos é uma ferramenta utilizada para que seja possível uma educação que reconheça as diferenças, para que assim permita a aplicação de uma educação para todos, como defendido pela constituição

de 1988, tornando-se um ambiente adequado para o atendimento de alunos com deficiência, matriculados em classes comuns. Um espaço adequado para as especificidades dos grupos que recebem o apoio do atendimento educacional, por meio de materiais elaborados para cada necessidade, professores especializados em sua área no contraturno. Não podendo ser confundido como reforço escolar, mas sim como complementação para que o ensino seja desenvolvido. (BRASIL, 2006).

A partir da Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009, que propõe as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica - modalidade Educação Especial, as salas de recursos são compreendidas com a caracterização de “multifuncionais” e os centros de atendimento educacional especializado como espaços do atendimento educacional especializado.

## **2. Atendimento Educacional Especializado**

Todos os cidadãos brasileiros têm direito a uma educação de qualidade, os alunos que apresentam deficiência necessitam de um profissional da educação adequado que ajude a proporcionar esse direito. Toda deficiência tem as suas especificidades singulares, mas isso não o impede de se desenvolver. A sala de atendimento educacional especializado funciona então como uma ferramenta de mediação entre o que os alunos aprendem em sala de aula, proporcionando o desenvolvimento dessas habilidades, sendo um recurso da educação especial dentro da rede regular de ensino. Nessa nova concepção do Atendimento Educacional Especializado, temos a seguinte explicação:

“o ‘preferencialmente’ refere-se a ‘atendimento educacional especializado’, ou seja: o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente têm para relacionar-se com o ambiente externo, como, por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código braile, uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares”. (Mantovan 2003, p.23).

Este atendimento é definido pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, tendo como:

(...) função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 10)

Seguindo a política citada acima, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 dispõe em seu art. 10º que o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização:

- I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III - Cronograma de atendimento aos alunos;
- IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V - Professores para o exercício do AEE;
- VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Esta mesma resolução em seu artigo 12 estabelece que o professor do Atendimento Educacional Especializado deve ter uma formação inicial que o permita trabalhar em sala de aula e uma formação específica de atuação na educação especial, que tem como objetivo “realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial”.

Suas contribuições como professor do AEE segundo a resolução contempla as seguintes diretrizes:

I- identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Os profissionais que trabalham dentro da Sala de Recursos devem estabelecer uma articulação com os professores das salas regulares, visando um melhor desenvolvimento do aluno que frequenta esses espaços, trabalhando nas fragilidades nas quais ele apresenta para uma menor participação nas atividades escolares.

O Atendimento Educacional Especializado apresenta assim, a possibilidade de mediação dessa transição que ocorre dentro da sala de aula para os espaços da Sala de Recursos, complementando o currículo desses alunos que apresentam algumas diferenças físicas e/ou intelectuais baseando-se nos conteúdos acadêmicos. E no caso dos estudantes surdos? É o que veremos a seguir.

### **3. Atendimento Educacional Especializado para Surdos**

Ao pensar uma metodologia de ensino para alunos surdos os autores Dorziat, Araújo e Lima (2006) afirmam que o processo educacional precisa conceber a linguagem e o “lugar das duas línguas, Língua de Sinais e Língua Portuguesa, como fatores culturais, nas interações dialógicas e práticas em sala de aula”, e que é importante discutir a “condição bilíngüe do surdo”.

Segundo Damázio (2007), o trabalho pedagógico que deve ser desenvolvido com os discentes surdos precisam ocorrer em um ambiente bilíngue, no qual seja trabalhado a Libras e a Língua Portuguesa. Para a concretização do Atendimento Educacional Especializado deve ser realizado em contraturno da carga horária tradicional das escolas comuns.

Neste período o Atendimento Educacional Especializado tem como foco centralizar-se em três momentos didáticos-pedagógicos, indicados para a realização desses encontros sendo eles : Destinar um momento em que em os conhecimentos de diversos conteúdos curriculares, serão explicados em Libras por um professor, preferencialmente um professor surdo. Este momento deverá ser realizado em todos os encontros.

Outra realização importante é o ensino de Libras, no qual os alunos com surdez terão aulas de Libras, assim proporcionando o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalho tem que ser efetuado por um professor e/ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo), baseado no diagnóstico em que o aluno apresenta, portanto, é preciso compreender em qual nível de conhecimento o aluno se encontra para o planejamento da aula.

A última indicação é que sejam trabalhadas as especificidades da Língua de Sinais para pessoas com surdez. Essa atividade deve ser realizada todos os dias, por uma professora de Língua Portuguesa, graduada nesta área, preferencialmente, sendo planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua Portuguesa. Este momento do AEE, tem como objetivo buscar desenvolver a competência gramatical ou linguística, bem como textual, dos alunos surdos, focalizando o estudo dessa língua nos níveis morfológico, sintático e semântico-pragmático, buscando assim dar significados às palavras e como se dá a organização delas nas frases e textos de diferentes contextos, proporcionando aos alunos compreender a estrutura da língua por meio de atividades diversificadas.

Damázio(2007) apresenta um planejamento do Atendimento Educacional Especializado para pessoas surdas que deve ser realizado em conjunto com professores que ministram aulas em Libras, o professor comum e o professor de Língua Portuguesa para pessoas com surdez. Que se inicia por meio de um planejamento coletivo no qual é definido no conteúdo curricular, seguindo para a

elaboração de um plano de ensino, preparando materiais que proporcionem a inter-relacionalidade entre os conteúdos. O planejamento das aulas de Libras tem de ser pensado por meio de pesquisa para ampliar e aprofundar o vocabulário dos alunos, selecionar e elaborar os recursos didáticos para a realização das aulas em Libras e em Língua Portuguesa, respeitando a diferença que os alunos surdos apresentam para a aprendizagem.

Portanto,

Os alunos com surdez são observados por todos os profissionais que direta ou indiretamente trabalham com eles. Focaliza-se a observação nos seguintes aspectos: sociabilidade, cognição, linguagem (oral, escrita, visoespacial), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos. (DAMÁZIO, 2007, p. 38)

Nas instruções do Ministério da Educação para o Atendimento Educacional Especializado para crianças surdas destaca-se a importância dos registros e das observações iniciais em relatórios, portanto, documentar todos os dias os processos realizados nas aulas para o desenvolvimento de cada aluno. Além disso, o espaço de ensino que esses alunos encontram-se inseridos devem apresentar muitas imagens visuais. Os materiais e os recursos devem ser bem pensados para esses espaços no qual favoreça a aprendizagem dos estudantes, se utilizando de: mural de avisos e notícias, biblioteca da sala, painéis de gravuras e fotos sobre temas de aula, roteiro de planejamento, fichas de atividades e outros. Para trabalhar nesse espaço escolar devem ser professores, que tenha um domínio da Libras.

Para proporcionar uma educação para todos, especificamente para os alunos surdos, é necessário a garantia de um espaço adequado de Atendimento Educacional Especializado que atenda às suas necessidades para a realização da metodologia de ensino, portanto, é preciso que seja praticado as indicações do MEC no AEE para que o discente seja assegurado em seu espaço de direito constitucional, e que a sua diferença no processo de aprendizagem seja respeitada e garantida por todos aqueles que compõem aquele espaço, só assim a educação caminhará para atender todas as necessidades, garantindo uma educação de qualidade a todos.

Segundo o Diário Oficial do Distrito Federal a estratégia de matrícula do ano letivo de 2019 para o Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos,

as Salas de Recursos devem atendendo no mínimo cinco alunos para abertura de uma sala, devendo ser ofertado no mínimo de quatro e no máximo oito atendimento de 50 minutos, sendo oferecido no contraturno, individualmente ou em grupos mediante as especificidades de cada aluno. No ensino fundamental anos iniciais é responsável por atender os alunos da educação infantil como acompanhar os 1º ao 5º ano devendo ter um professor de Atividades com aptidão comprovada em Libras, e um professor de Atividades Bilíngue-S/DA com aptidão comprovada e curso na área de Português como Segunda Língua.

No ensino fundamental anos finais assim como ensino médio deve ter um professor da área de Língua Portuguesa com aptidão comprovada e curso na área de Português como Segunda Língua, um professor da área de Matemática ou Ciências da Natureza com aptidão em Libras comprovada, um professor da área de Ciências Humanas com aptidão em Libras, e por fim um professor de Libras.

### 3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa ocorreu no campo da Educação voltada para uma análise das ações realizadas dentro das Salas de Recursos do Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos em Santa Maria, como estudo de um meio social a uma vasta diversidade de questões, uma multiplicidade de problematizações. Sendo assim, torna-se necessário a escolha do método de pesquisa para a construção de resultados. “os pesquisadores em educação fazem escolhas entre um dos múltiplos caminhos que os aproximam da compreensão desse fenômeno, escolhendo, também, um ângulo de abordagem” (GATTI, 2002, p. 13).

Nesse sentido, escolhemos como metodologia de pesquisa a quanti-qualitativa ou denominada métodos mistos, pois, este tipo de pesquisa envolve dois métodos de pesquisa, isto é, a perspectiva quantitativa que se pauta nos preceitos positivistas, portanto a objetividade e generalização dos resultados, levando para um distanciamento entre o pesquisador e o objeto. Assim de acordo com Gamboa(1995) e Richardson (1999), esta abordagem se caracteriza por empregar a quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informação, quanto no tratamento dos dados, mediante procedimentos estatísticos.

No que diz respeito à perspectiva qualitativa, Flick (2009, p. 23) alerta que “tem como aspectos essenciais a escolha adequada de métodos e teorias convenientes; o reconhecimento e análise de diferentes perspectivas; as reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas; e a variedade de abordagens e métodos”. Buscando a obtenção de uma compreensão mais ampla sobre o objeto de pesquisa, permitindo assim um entrelaçamento entre ambos os resultados.

Ao conceber o processo de pesquisa como um mosaico que descreve um fenômeno complexo a ser compreendido é fácil entender que as peças individuais representem um espectro de métodos e técnicas, que precisam estar abertas a novas idéias, perguntas e dados. Ao mesmo tempo, a diversidade nas peças deste mosaico inclui perguntas fechadas e abertas, implica em passos predeterminados e abertos, utiliza procedimentos qualitativos e quantitativos (GÜNTHER, 2006, p. 202).

Para Günther (2006), não é uma disputa entre a pesquisa qualitativa versus a pesquisa quantitativa. Não trata-se de uma prática que levará a exclusão de uma abordagem perante a outra, mas sim, na convergência da utilização de ambas, para conseguir uma melhor visão à medida que os fenômenos investigados são multifacetadas, portanto me utilizarei desses dois métodos por meio de entrevistas, questionários e observações.

## **1. Contexto da Pesquisa**

A referida pesquisa foi realizada em todas as escolas localizadas em Santa Maria nas quais ocorrem Atendimento Educacional Especializado voltados para alunos surdos, sendo totalizada em três escolas. A região administrativa de Santa Maria encontra-se situada em área de risco e vulnerabilidade social, carente de políticas públicas efetivas de segurança, essa realidade acaba se refletindo dentro do cotidiano escolar, pois, em todas as escolas há registros de furtos.

A primeira escola a ser pesquisada foi uma Escola Classe, que é considerada uma escola inclusiva e oferece à comunidade na qual está inserida o Ensino Fundamental anos iniciais, sendo também intitulada pela Regional de Ensino de Santa Maria como 'Escola Pólo de Surdos dos Anos Iniciais'. No ano letivo de 2018, a Escola Classe apresenta-se conforme o Projeto Político Pedagógico de 2018 com 630 estudantes matriculados em 32 turmas, sendo 16 turmas no matutino e 16 turmas no vespertino, atendendo cerca de 52 alunos com deficiência, regularmente matriculados, contando com cinco classes bilíngues mediadas voltadas para o público surdo. Para a realização de seus serviços, a escola conta com o Serviço de Apoio formado pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, AEE (que encontra-se dividido entre a Sala de Recursos Generalista e a Sala de Recursos Específica de Surdez/Deficiência Auditiva, contando com duas profissionais atuando dentro desse espaço), que tem por objetivo desenvolver a articulação entre os serviços, o seu atendimento ocorre no contraturno.

Outro lugar no qual desenvolvemos a nossa pesquisa foi um Centro de Ensino Fundamental, o qual contabiliza quinze turmas de anos finais, as quais contam com organização escolar para o 3º Ciclo do ensino, tendo dois blocos

comuns que se dividem em: primeiro bloco que é formado com o 6º (206 alunos) e 7º ano (2018 alunos) e o segundo bloco que é formado pelo 8º (183 alunos) e 9º ano (172 alunos). Este centro conta também com classes bilíngues mediadas, na qual tem um professor intérprete de LIBRAS para cada turma. O referido centro é uma escola inclusiva e tem em sua estrutura funcional também duas Salas de Recursos: uma Generalista e a outra Específica de Surdos/DA que são atendidos no contraturno escolar. Dentro da Sala de Recursos específica para alunos surdos atuam a professora de português, a professora de Libras, faltando dentro do atendimento os professores atuantes em códigos e linguagens e ciências exatas.

Também observamos uma escola de Ensino Médio que atendia no ano de 2018, 749 estudantes, 16 professoras (es) atuando em sala de aula no turno matutino e 16 no turno vespertino, quatro intérpretes atuando em sala de aula, cinco professores (as) atuando nas Salas de Recursos, sendo três deles no Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos. O atendimento é ofertado, em princípio e prioritariamente, no contraturno de estudo do aluno, sendo realizado por profissionais especializados na Língua Brasileira de Sinais/Libras e em educação de alunos surdos. Este espaço é composto por três professores: a professora de português, professora de códigos e linguagens e o professor de ciências exatas, faltando o profissional responsável por ensinar Libras.

## **2. Participantes:**

Participaram desta pesquisa sete profissionais que trabalham dentro da Sala de Recursos para alunos surdos das escolas com atendimento em Santa Maria.

- Escola Classe: Duas pedagogas formadas com mais de 15 anos de carreira, concursadas, com cursos em Libras fornecidos pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE).
- Centro de Ensino Fundamental: Uma professora de Libras graduada em Letras-Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina. E uma professora de Português, formada em Letras Português/Inglês, com cursos de formação em Libras oferecidos pela EAPE.

- Centro de Ensino Médio: Uma professora de português, formada em Língua Portuguesa. que atua dentro da Sala de Recursos para alunos surdos há mais de 10 anos, com cursos de Libras oferecidos pela EAPE, atualmente está cursando o ensino de português como segunda língua. Uma professora de Códigos e Linguagens, formada em Artes, com cursos de Libras oferecidos pela EAPE e um professor de ciências exatas formado em Matemática.

### **3. Problema de Pesquisa**

Considerando os levantamentos sobre a educação de surdos que foram apresentados, há várias evidências de que os sujeitos surdos formam grupos sociais com identidade, cultura e língua específica (língua de sinais) marcada pela viso espacialidade, mostrando assim que a educação inclusiva deve-se buscar atender essas necessidades dentro do espaço escolar para então garantir uma educação de qualidade como dentro dos Atendimentos Educacionais Especializados. Por meio disto pretendeu-se discutir o Atendimento Educacional Especializado na Educação de surdos: uma comparação do texto do Ministério da Educação e a realidade encontrada nas práticas pedagógicas nas escolas públicas de Santa Maria. Designando o problema de pesquisa: Em que medida as escolas públicas de Santa Maria atendem os critérios do Atendimento Educacional Especializado na Educação de Surdos?

### **4. Instrumentos de construção de dados**

Com bases nas concepções que compõem as metodologias de pesquisa quanti-qualitativa, direcionamos a pesquisa para os instrumentos de forma que favorecesse a interpretação de dados. Assim, nesta pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos: a observação e o questionário.

Sendo assim, o primeiro contato com a pesquisa se deu por meio de observações realizadas dentro das Salas de Recursos, buscando assim compreender melhor a dinâmica do espaço do qual desejava-se estudar. Foram

realizados quatro observações em cada escola, totalizando durante 25 horas cada sala, a fim de compreender melhor a prática pedagógica desenvolvida naquele local, sempre em comparação com o documento orientador do MEC. No entanto, sem interferir diretamente no espaço, realizando uma observação não-participante. Definido por Lakatos (2003) como:

Na observação não-participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora. Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático.(p.193)

A observação, segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 90,) “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos”. Portanto é uma técnica de construção de dados de aspectos de uma determinada realidade. De acordo com Lakatos (2003, p.190) a observação “ não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar.”

Além disso, partimos de um questionário previamente elaborado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Surdez- GEPeSS/UFRJ/DGPCNPq<sup>1</sup>, aplicando-o junto aos professores da Sala de Recursos e acrescentamos perguntas abertas mais direcionadas à comparação entre o que é dito pelo MEC e o que é colocado em prática pelos professores.

O questionário, assim, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Sendo assim, as questões tem objetivo empírico e o questionário é um método que servirá para coleta de informações sobre determinada realidade. Nesta pesquisa, optamos por utilizar perguntas abertas e perguntas fechadas.

---

<sup>1</sup> O grupo da URFJ busca saber de que forma o AEE está sendo desenvolvido em alguns estados no Brasil, inclusive o Distrito Federal, no qual eu e a minha orientadora participamos como pesquisadora e auxiliar de pesquisa.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao realizar as observações e as entrevistas nas Salas de Recursos em busca de uma análise do Atendimento Educacional Especializado para estudantes surdos nas escolas públicas de Santa Maria, identificamos os seguintes aspectos:

##### a. Formação acadêmica e profissional dos profissionais

Quadro 01- Formação acadêmica e profissional



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Os profissionais que atuam dentro das Salas de Recursos para surdos em Santa Maria, apresentam formação acadêmica e profissional na área da surdez na grande maioria por meio de cursos oferecidos pela Eape, os quais capacitam esses profissionais a trabalharem dentro dos espaços das Salas de Recursos, e terem o conhecimento (nível básico até avançado) em Libras.

Dentro das três escolas nas quais realizamos a pesquisa, encontramos apenas uma profissional que possui graduação no curso Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e outra profissional com Mestrado em Linguística Português/Libras.

A falta de profissionais formado em Letras-Libras para atuar na cidade de Santa Maria nas Salas de Recursos, é um aspecto a ser evidenciado, pois fragiliza o ensino realizado dentro desses espaços, considerando que este curso capacita profissionais.

Todos os profissionais que atuam nesse espaço tem uma formação inicial para a docência, assim como formação específica para a atuação com a educação especial conforme solicitado e regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

### **b.Tempo de atuação na área de surdez**

Dentre os profissionais participantes desta pesquisa, encontramos os que trabalhavam com a área de surdez há menos de um ano, percebemos ao longo da pesquisa que este apresentava mais dificuldades que os demais profissionais durante os atendimentos. A maioria desses profissionais que migraram para o AEE afirmaram que estavam em busca de uma nova rotina e o fator menos alunos contou muito.

Quadro 02- Tempo de atuação na área da surdez



Fonte: elaborado pela autora (2019)

### c.O tempo e o espaço no AEE

De acordo com nossas observações, o atendimento é realizado em todas as escolas nas terças, quartas e quintas-feiras no período da manhã e/ou tarde de acordo com o contraturno das aulas regulares dos alunos que frequentam esse espaço. Ou seja, os alunos frequentam esse espaço três vezes por semana, são divididos por grupos focais, e atendidos por cada professor por um período aproximado de 50 min. Exceção aos alunos que frequentam a Sala de Recursos da Escola Classe, pois os alunos contam com o ônibus especial, que chega na escola as 7:30h e sai às 18h necessitando ficar todos na Sala de Recursos durante todo um período (matutino ou vespertino), portanto nesses casos há uma prolongação do atendimento com todos os alunos dentro da Sala de Recursos, sendo reservado um momento para a realização das atividades escolares destinados para casa. Agindo conforme o referencial do AEE para surdos, que realiza os atendimentos duas vezes por semana, no horário contrário ao da sala de aula regular.

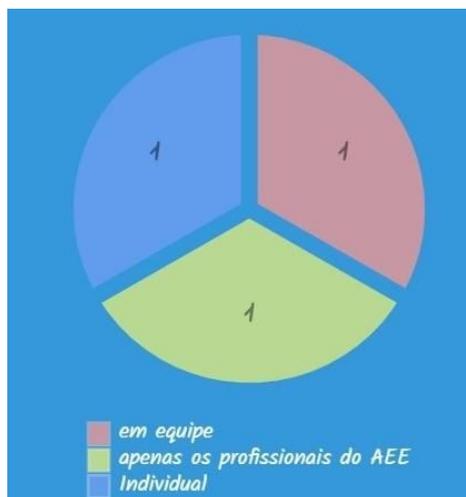
Foto 01 – Quadro de horários de atendimento no AEE

HORÁRIO	MATUTINO				
	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
07:50 às 08:40	C P I P				COLETIVA CRE OU PLANEJAMENTO UE
08:40 às 09:30					
09:30 às 10:20					
10:20 às 11:10					
11:10 às 12:00					

Fonte: elaborado pela autora (2019)

#### d.Planejamento das atividades no AEE

Figura 01 – Modo de organização do planejamento



Fonte: elaborado pela autora (2019)

O planejamento do Atendimento Educacional Especializado deve ser elaborado em equipe pelos professores que ministram aulas em Libras, professor de classe comum e professor de Língua Portuguesa, conforme o manual do MEC. Esse planejamento inicia-se com a definição do conteúdo curricular, sendo responsabilidade dos professores pesquisarem sobre o assunto a ser ensinado, em seguida a elaboração do plano de ensino, e o caderno de estudos para auxiliar nos ensino dos alunos surdos.

Na pesquisa encontramos apenas uma escola que realiza o planejamento em equipe, ou seja, a escola-classe, na qual sempre acontecem reuniões semanais com a equipe pedagógica, buscando assim em conjunto a elaboração de atividades para serem realizadas dentro da sala comum e dentro do AEE, afinal é preciso que se destaque: o AEE complementa a atividade da classe comum e não é uma atividade à parte.

Na escola de ensino fundamental, conforme as entrevistas, as atividades são planejadas individualmente por cada profissional. Eles informam que no início do ano são repassadas as informações necessárias sobre a educação de estudantes surdos para os professores, a importância da utilização de imagens, recursos mais visuais, entre outras. Conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Especial

para o AEE na Educação Básica indica que uma das funções dos professores da SR deve orientar os docentes e os familiares sobre os recursos pedagógicos e a acessibilidade, para assim garantir uma educação de qualidade.

Dentro desse espaço existem apenas dois profissionais, a professora de Libras e a professora de português e cada uma elabora individualmente as suas aulas. Na escola de nível médio a elaboração das aulas são realizadas apenas pelos profissionais do AEE, que buscam elaborar atividades interrelacionadas.

Em todas as escolas ficou destacado que o maior contato com a classe comum se dá por meio do tradutor e intérprete de Libras. Portanto, quando há uma necessidade ou uma dificuldade apresentadas pelos alunos surdos, os intérpretes informam a Sala de Recursos para assim direcionar atendimentos em busca do saneamento dessas necessidades. Conforme os professores da SR informaram, na maioria das vezes os professores da classe comum não se atenta à educação dos estudantes surdos, direcionando assim essa ponte para os intérpretes. Sendo assim o planejamento das aulas no AEE tem participação mais ativa dos intérpretes do que dos professores da sala comum.

#### **e. O interesse dos pais quanto ao trabalho desenvolvido no AEE**

Destaca -se como é importante a articulação do AEE com os demais profissionais de educação da escola, assim como é fundamental a participação da família dos alunos surdos.

A realidade encontrada é uma presença forte dos pais na Sala de Recursos dos alunos que frequentam a escola classe e o ensino fundamental, entretanto no ensino médio os professores relatam a pouca ou quase nula participação dos pais, nos projetos ou reuniões nos quais são convidados. Obedecendo a orientação de que promover atividades e espaços de participação da família é salutar no desenvolvimento de uma educação de qualidade.

## f.Os materiais utilizados

Uma das atribuições dos professores que atuam no AEE é elaborar recursos pedagógicos que garantam a acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas do público-alvo, no caso os sujeitos surdos. A utilização de recursos visuais é fundamental para a educação dos alunos surdos, a visualidade é primordial para a comunicação e interação desses sujeitos com o mundo.

Durante a pesquisa, percebemos que em todas as escolas os professores que trabalhavam dentro das SR desenvolviam materiais pedagógicos para auxiliar as atividades, respeitando as especificidades dos seus alunos, sendo de responsabilidade de cada professor desenvolver materiais que seriam utilizados durante as suas atividades. Os materiais confeccionados são de uso exclusivo da sala de recursos, não sendo compartilhados com as salas regulares.

Foto 02- Atividade de relacionar a imagem a palavra (material escolar)



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Foto 03- Atividade de relacionar a imagem a palavra (animais)

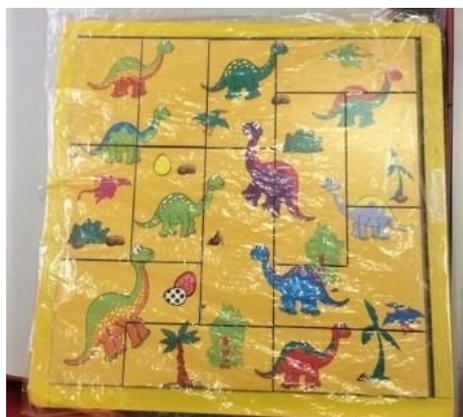


Fonte: elaborado pela autora (2019)

Damázio (2007, p.45) afirma que “O uso de recursos visuais é fundamental para compreensão da Língua Portuguesa, seguidos de uma exploração contextual do conteúdo em estudo”, portanto, sendo primordial na utilização em todas as aulas, respeitando a cultura desses sujeitos dentro dos espaços educacionais.

Sendo assim, encontramos dentro das SR uma diversidade de materiais visuais para trabalhar com os alunos surdos, como livros com diversas imagens, DVDs, quebra-cabeças entre outros, como segue a foto.

Foto 04- quebra cabeça



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Foto 05: porta livros



Fonte: elaborado pela autora (2019)

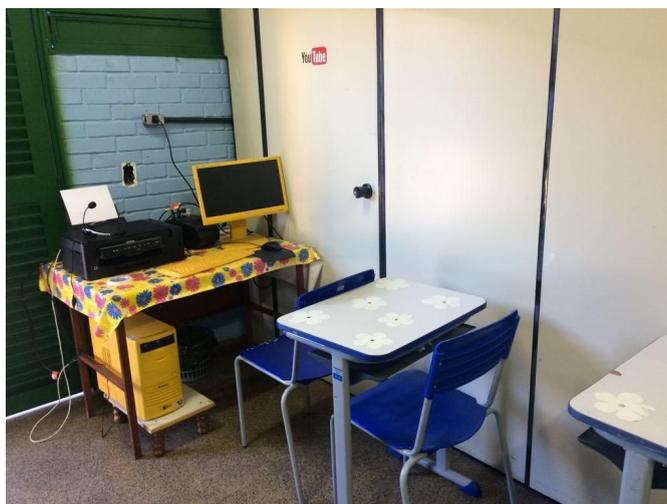
### **g.O uso dos recursos tecnológicos**

O século XXI é marcado pelo uso recorrente da tecnologia, a sociedade está atualmente bastante dependente de recursos tecnológicos. Nesse sentido, as escolas públicas também contam com recursos tecnológicos para modernizar os processos de ensino-aprendizagem. Dentro das Salas de Recursos não seria diferente, por exemplo, todas as salas que foram visitadas contavam com um computador e uma televisão para diferenciar as práticas de ensino.

Na escola classe o computador era mais utilizado pelas professoras ou para pesquisa de alunos do 4º e 5º ano. Nas escolas de ensino fundamental e médio os recursos tecnológicos eram utilizados como ferramentas diretas de ensino, por meio de jogos, vídeo-aulas e pesquisas. Os professores apoiam o uso das tecnologias dentro das SR, pois segundo os mesmos, proporciona uma maior visibilidade sobre os conteúdos a serem trabalhados.

Portanto, respeitando umas das atribuições dos professores que é ensinar a partir do uso de recursos tecnológicos ampliando assim as habilidades funcionais dos alunos, contribuindo para a sua autonomia.

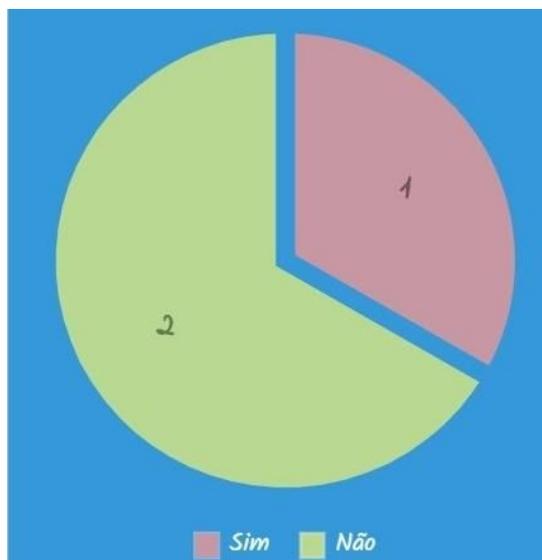
Foto 6 - Computador da Sala de Recursos



Fonte: elaborado pela autora (2019)

## h.Caderno de registro

Figura 02- Caderno de registro



Fonte: elaborado pela autora (2019)

É sugerido pelo manual do MEC que no atendimento aconteça o registro do desenvolvimento de cada aluno, buscando criar uma relação de todos os conceitos estudados, direcionando assim para uma organização e a representação deles em forma de desenhos e gravuras, que ficam no caderno de registro do aluno. Assim como um caderno de estudos, explicando conceito por conceito.

As professoras informaram nesse sentido, que há o registro do desenvolvimento de cada aluno de forma processual, avaliando cada avanço que os alunos adquiriram ao longo do atendimento.

Entretanto, apenas em uma escola observou-se que há o caderno de registro sugerido pelo manual do MEC, o qual auxilia o aluno na construção dos conceitos aprendidos ao longo do ano, por meio de imagens e gravuras, respeitando a visualidade desses alunos, sendo que funciona como um recurso de dicionário, que os alunos surdos possam recorrer.

Entretanto, foi observado que em todas as escolas havia a elaboração de um material que buscava explicar os conceitos em língua portuguesa. Ou seja, em todas as escolas havia essa construção, sendo elas quadros de conceitos presos nas paredes, construção de dicionários visuais em conjunto com alunos, entre outros. Todos em busca de explicar os conceitos em Língua Portuguesa, sendo

colocados em fácil acesso para que os alunos obtivessem as informações necessárias no cotidiano escolar.

## **2. O dito e o feito: O trabalho desenvolvido na sala de AEE em Santa Maria**

Conforme vimos no capítulo anterior, o Ministério da Educação (MEC) orienta a organização do Atendimento Educacional Especializado em três momentos didático-pedagógicos, que foram considerados durante a análise realizada nesta pesquisa. Sendo eles:

### **a. Atendimento Educacional Especializado em LIBRAS**

De acordo com as diretrizes do MEC um dos momentos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para surdos deve se constituir a partir da explicação de todos os conhecimentos dos diversos conteúdos curriculares em Libras, sendo o professor preferencialmente surdo. É esperado que esse trabalho seja realizado todos os dias.

Realidade:

Nas escolas nas quais a pesquisa foi realizada, percebemos que em todas havia destinado um momento de explicação dos conteúdos que foram trabalhados dentro das salas de aula, sendo de responsabilidade do professor de cada área. Sendo eles professor de Libras, professor de português como segunda língua, um professor responsável por códigos e linguagens, e um professor da área de ciências exatas. Na falta de um desses profissionais, o professor de Libras buscava explicar dentro de seus conhecimentos uma explicação sobre o conteúdo e sanar as dúvidas apresentadas pelos alunos.

Exemplo:

Com a pretensão de uma complementação do ensino realizado dentro da sala de aula comum, direcionando o desenvolvimento das habilidades e articulação entre o ensino comum e o AEE, a identificação das dificuldades, a organização dos conteúdos e a produção de recursos.

Com base nas dificuldades apresentada pelo grupo de alunos do ensino fundamental sobre *metáforas*, havia dificuldade em compreender a figura de linguagem presente na língua portuguesa em muitos poemas, bases filosóficas ou até mesmo conversações do dia a dia.

A professora buscou explicar em Libras a simbologia das frases, e começou a coletar com os estudantes termos confusos para a construção de um dicionário de metáforas para a compreensão de termos como pisando em ovos, a juliana é uma flor, fome de leão entre outros.

## **b. Atendimento Educacional Especializado de LIBRAS**

Destacado pelo MEC com relação ao AEE é o ensino de Libras, favorecendo os estudantes surdos a aquisição de termos específicos, de acordo com a avaliação diagnóstica de cada aluno em relação ao conhecimento em Libras.

Em todas as escolas nas quais realizei a pesquisa, foi destacado por cada professor que o ensino de Libras é realizado a partir do diagnóstico inicial do aluno realizado no início do ano. Apesar de realizar a pesquisa em três contextos diferentes, mesmo a criança sendo acompanhada desde a escola classe, apresentavam níveis diferentes de conhecimento de aquisição da língua.

Realidade:

A maior dificuldade observou-se nos alunos da Escola-Classe. Muitos desses alunos nunca tiveram contato com a Língua de Sinais Brasileira (Libras), pois seus pais eram todos ouvintes. Então o primeiro contato desses estudantes com a língua se deu na escola com outros estudantes surdos e com os professores fluentes em Libras, sendo também o primeiro contato com a cultura surda, então é de grande responsabilidade a introdução imediata do ensino da sua língua nata. Da mesma forma e pelo mesmo motivo citado anteriormente, os alunos do ensino fundamental, muitas vezes também chegam à escola com um conhecimento muito básico, ou quase nulo em Libras.

De acordo com as professoras, já aconteceu de chegar alunos com apenas gestos caseiros, que vieram de outros estados para estudar nas escolas. Nesse sentido, mais uma vez, torna-se fundamental o ensino da Libras como primeira

língua a partir da avaliação diagnóstica de cada aluno, pois todos apresentam um nível de conhecimento diferente. Por outro lado, com relação aos alunos de nível médio, conforme informações dadas pelos professores, geralmente chegam dentro desses espaços com o conhecimento básico em Libras, sendo raros os momentos que encontrassem alunos que não tinham aquisição da língua, portanto, neste momento o enfoque no AEE é destinado mais para o ensino de termos específicos e científicos.

A avaliação diagnóstica é realizada todo início de ano para avaliar o nível de conhecimento que o estudante apresenta, são realizados testes confeccionados pelos professores operantes nas SR com as orientações recomendadas nos cursos de formação para a atuação profissional nas AEE para surdos, sendo assim, são realizadas avaliações por meio de figuras, jogos pedagógicos entre outros recursos pedagógicos.

Realidade:

Com base na avaliação diagnóstica é ensinado a língua de sinais, na escola classe foi introduzido a um grupo de alunos do segundo ano os sinais dos animais. Por meio de figuras dos animais, brinquedos de plásticos em formato dos bichos, foram ensinados os sinais dos animais, começando pelos animais domésticos nos quais eles tinham mais familiaridade.

A utilização de recursos visuais foi fundamental para o ensino da Libras para os estudantes, assim defendida por Buzar(2009) e Skliar (1998) que evidenciam que a forma pela qual o surdo capta as informações e utiliza para compreender o mundo a sua volta se constroem pela experiência visual.

### **c. Atendimento Especializado para o ensino da Língua Portuguesa**

O documento do MEC refere-se ao ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, no qual devem ser trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. Conforme a orientação desse ministério, sugere-se que este momento seja realizado todos os dias, por um professor de Língua Portuguesa, de preferência graduado na área, após a avaliação diagnóstica do aluno nessa língua.

#### Realidade:

Dentro desta pesquisa apenas a escola classe não possuía professor de Língua Portuguesa formado na área. Em compensação, nas outras escolas todas as professoras que trabalham com essa temática na SR eram formadas no curso de Letras-Língua Portuguesa. Além disso, observamos que todas as aulas eram realizadas a partir da dificuldade dos alunos, sendo realizados então atendimentos individuais.

#### Exemplo:

A partir de uma dificuldade apresentada pelos estudantes na compreensão do texto “Erro de Português”, a professora de Língua Portuguesa iniciou um estudo vocabular, a professora de Ciências Humanas começou a contextualização do período histórico, juntos os alunos começaram a construção de imagens relacionadas com, o texto baseando-se na perspectiva apresentada pelo estudante.

Durante três semanas a professora de Língua Portuguesa buscou em suas aulas utiliza-se das palavras apresentadas no poemas, para assim ampliar a competência e desempenho linguístico de seus alunos. Começou por meio de palavras individualizadas nas quais os alunos não reconhecia a gramática, analisando a morfologia da palavra (flexão de gênero, número e grau de substantivos e adjetivos).

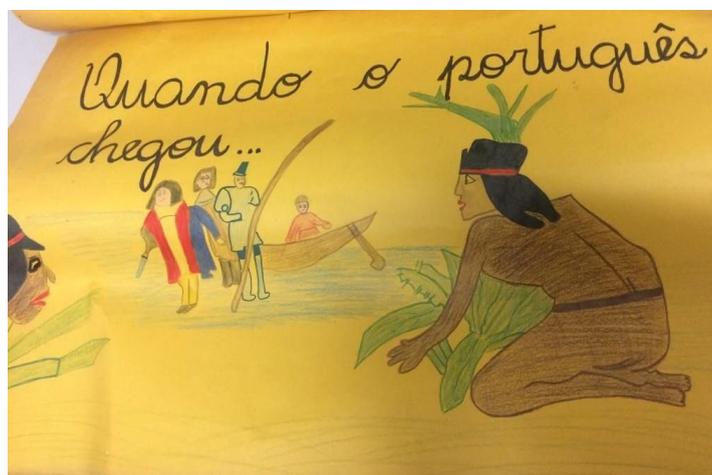
Utilizando-se da mesma atividade, a professora de ciências humanas trabalhou por meio recursos tecnológicos a compreensão do período histórico no qual o poema retratava, isto é, por meio de vídeo aulas que contavam a história do Brasil. No final construíram um poema visual que possibilitou os alunos surdos a melhor compreensão do poema.

Foto 07- Atividade de português 01



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Foto 08- Atividade de português 02



Fonte: elaborado pela autora (2019)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentando em tudo o que foi construído durante esta pesquisa, procuramos compreender como funciona a educação para sujeitos surdos dentro dos Atendimentos Educacionais Especializados em Santa Maria, por meio das bases teóricas de alguns autores que discutem a Educação para Surdos e os documentos que norteiam o AEE para pessoas Surdas do Ministério da Educação (MEC), o que nos deu embasamento para analisarmos os dados construídos neste trabalho.

Ao analisar os dados, procuramos observar o AEE para compreender como funcionava os atendimentos, como se organizavam os espaços, quais eram os profissionais que atuavam, quais recursos didáticos eram utilizados, assim como o uso de recursos tecnológicos e como era o envolvimento familiar desses estudantes, usando principalmente como base referencial o documento orientador do MEC para o atendimento do estudante surdo, a fim de analisar a realidade encontrada dentro das Salas de Recursos.

Durante a pesquisa ao construir os dados referentes aos profissionais dentro das Salas de Recursos para estudantes surdos, percebemos que todos os professores eram fluentes em Libras, entretanto ainda faltavam profissionais para atuarem dentro desses espaços, o que acabava sobrecarregando os professores que ali se encontravam. Como também observamos a falta de professores surdos dentro das SRs, sendo motivo de reclamações desses profissionais, pois como relatado durante as observações, a falta de um sujeito surdo enfraquece a questão identitária e cultural dos estudantes surdos dentro dos atendimentos.

Em relação ao planejamento das atividades realizadas em equipes pela equipe profissional do AEE, percebemos que acontecem apenas no início do ano com as orientações dada aos professores do ensino regular e a equipe pedagógica. Entretanto durante o ano letivo, segundo os dados, apenas uma escola realizou o planejamento contínuo, os demais profissionais das SRs relataram que organização das atividades eram feitas individualmente por cada profissional, recebendo apenas interferências dos intérpretes de Libras, quando relatavam algumas dificuldades encontradas de acordo com o dia-a-dia das aulas.

Os recursos didáticos confeccionados pelos professores, assim como a organização da sala eram favoráveis às sugestões do MEC, pela riqueza de imagens, compreendendo que a educação do estudante surdo se dá pela visualidade. Assim como o uso dos recursos tecnológicos, apesar da necessidade de mais recursos, os professores buscavam utilizar bastante os que estavam disponíveis naquela realidade .

Cabe destacar, que tendo em vista analisar se a forma como está sendo aplicado o Atendimento Educacional Especializado está de acordo com o texto norteador do Ministério da Educação, podemos inferir que apesar dos atendimentos não cumprirem todos os requisitos solicitados pelas diretrizes e o documento norteador do MEC, percebemos que as SRs buscam por meio das dificuldades encontradas desempenharem bons papéis contribuindo para a formação dos alunos surdos, procurando desenvolver atividades que direcionam o desenvolvimento desses alunos, respeitando as suas singularidades.

Mediante a realidade encontrada nos atendimentos observados, vejo a importância desses espaços para o sujeito surdo, pois nas SRs que eles aprendem a Libras e socializam com seus pares, uma educação voltada às suas necessidades respeitando o seu processo de ensino. Entretanto, vejo que esse atendimento não deveria se registrar apenas a uma sala dentro de uma escola inclusiva, mas sim ocorrer cotidianamente dentro das salas regulares, aplicando uma educação bilíngue onde esse ensino seja ofertado no horário de suas aulas, não precisando se destinar a uma sala para que suas necessidades sejam atendidas.

Em suma, entende-se que o objetivo do AEE para alunos surdos é possibilitar condições necessárias para que o estudante possa complementar seu processo de aprendizagem, devendo então criar condições que o aluno consiga acessar os conhecimentos, compartilhar experiências e entrar em contato com a sua cultura, tomar consciência de sua capacidade de produzir significados, não sendo caracterizado como um simples reforço escolar.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988
- \_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001, Brasília/DF, 2001.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília/DF, 2002.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Brasília/DF, 2005.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, Brasília/DF, 2008.
- \_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Versão Preliminar. MEC - Brasília/DF, 2008.
- BRITO, L.F. Integração social & Educação de surdos. Rio de Janeiro: Babel; 1993.
- BUZAR, E. A. S. A Singularidade visuo-espacial do sujeito surdo: implicações educacionais. Dissertação de mestrado. Brasília: Faculdade de Educação da UnB, 2009.
- CAMPOS, M. L. I. L. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. Coleção UAB- UFSCar, p. 27, 2011. Disponível em: . Acesso em: 02 de maio. de 2019..
- CUCHE, Denys. O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- DAMÁZIO, M.F.M. Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez. Brasília: DF, MEC/SEESP, 2007.
- DORZIAT, Ana; LIMA, Niédja Maria Ferreira; ARAÚJO, Joelma Remígio de. A inclusão de surdos na perspectiva dos Estudos Culturais. (GT15). In: 29 REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2006, Caxambu. Disponível em: . Acesso em 22 maio 2019.
- FERNANDES, E (Org). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 30.
- GAMBOA, Sívio Sanchez (Org.). Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.

GATTI, Bernardete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano Editora, 2002

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓES, M.C.R. Linguagem, Surdez e Educação. Campinas: Autores Associados, 1999.

GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 22, n.2, p. 201-210, 2006.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2014. p. 37-61.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.

MAZZOTTA, M. J. S.. Fundamentos de Educação Especial. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1982. v. 1.

MOORES, D. Educating the deaf, psychology, principles and practice. Boston: Houghton Mifflin Co. 1978.

PERLIN, Gladis T.T. Identidades surdas. (Capítulo 3). In: SKLIAR, Carlos (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Projeto Político Pedagógico Da Escola Classe 206 de Santa Maria. Santa Maria-DF, 2018.

Projeto Político Pedagógico Da Escola Classe 209 de Santa Maria. Santa Maria-DF, 2018.

Projeto Político Pedagógico Da Escola Classe 310 de Santa Maria. Santa Maria-DF, 2018.

QUADROS, R.M. *Educação de surdos. A aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas; 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Nídia Limeira. *Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SALES, A. M. et al. *Deficiência auditiva e surdez: visão clínica e educacional*. Seminário apresentado na Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2010.

SANTAROSA, I. M. C. . *Simulador de teclado para portadores de paralisia cerebral: avaliação e adaptação para português*. Madrid: alba s/a, 2000, v. I, p. 31-40.

SAWAIA, B. B. (1995). *Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos*. In S. T. M. Lane & B. B. SAWAIA, B. B. *Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade.*: CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis,RJ: Vozes, 1996.

SKLIAR, C. (Org). *Educação e Exclusão: abordagem sócio-antropológica em Educação Especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

SKLIAR, C. B. *Um olhar sobre nosso olhar acerca da surdez e as deferências*. In: SKLIAR, Carlos. B. (Org). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2008.

TEZZARI, Mauren Lucia. *"A SIR chegou..."*. Sala de Integração e Recursos e a inclusão na rede municipal de ensino em Porto Alegre. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2017

## PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Esta monografia me apresentou a realidade com suas dificuldades cotidianas que geralmente não são abordadas na apresentação de um projeto e seus métodos de ação. Mostrando assim as fragilidades que o sistema apresenta perante as necessidades que pretende atender, assim como os contextos nos quais essas ações são realizadas. Durante as leituras e a pesquisa realizada, percebo a fragilidade das pessoas com deficiências, especialmente as surdas nas quais direcionei minha pesquisa, dentro dos espaços sociais, como é o caso da escola.

Durante o meu trabalho muitos temas mostraram-se importantes para novas pesquisas. Dentre dessas temáticas me chamaram a atenção a criança surda com Altas Habilidades que não são visibilizadas dentro dos Atendimentos Educacionais Especializados. Pesquisar sobre a educação de surdos me mostrou uma nova forma de ensino, que muitas vezes não são utilizadas em sala de aulas, isto é, acaba não visibilizando grandes talentos encontrados dentro desses espaços.

Para o Mestrado, portanto, penso em continuar os meus estudos sobre a educação de surdos e abordar as altas habilidades que esses sujeitos apresentam dentro do espaço escolar. Seguindo assim o caminho de pesquisadora que me guiará para o Doutorado. Meu desejo se direciona em buscar novas pesquisas para o campo da educação especial, mostrando o grande potencial existente dentro desses sujeitos.

Para o campo profissional, pretendo trabalhar na Secretaria de Educação do DF- SEEDF, preferencialmente na CRE- Santa Maria, cidade na qual eu moro e estudei todo o meu ensino básico. Busco me especializar em Libras para assim atuar com a educação especial inclusiva, especialmente crianças surdas, a fim de aplicar os meus estudos sobre a educação de surdos, e então garantir uma educação que respeite a singularidades desses sujeitos.

